



Distúrbios/Transtornos e Dificuldade de Aprendizagem: A Prática Docente diante das questões que envolve a Aprendizagem

Marcilene de Sá Monteiro^a, Sandra Monteiro Gomes^b, Maranei Rohers Penha^c, Marta Maria Pontin Darsie^d, Rute Cristina Domingos da Palma^e

^aMestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/ UNIR 1

^bDoutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática/ REAMEC, IFRO 2

^cDoutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática/ REAMEC, IFRO 3

^dDoutora em Educação, UFMT 4

^eDoutora em Educação, UFMT 5

ARTICLE INFO

Recebido: 15 de agosto de 2019

Aceito: 20 de setembro de 2019

Disponível on-line: 6 de junho de 2020

Palavras chave: Ensino Universitário. Aprendizagem. Formação de Professores.

E-mail:

marcilene_ana@hotmail.com

sandra.gomes@ifro.edu.br

maranei.rohers@ifro.edu.br

marponda@uol.com.br

rutecristinad@gmail.com

ISSN 2007-9842

© 2019 Institute of Science Education.

All rights reserved

ABSTRACT

O presente artigo, *objetivou* apresentar, como os transtornos e dificuldades de aprendizagem são tratadas em sala de aula pelos professores de uma escola da rede municipal na cidade de Porto Velho-RO/Brasil. Foi um estudo de caso de cunho qualitativo, que contou com a participação de seis (06) professores atuantes nos anos iniciais do Ensino fundamental. A *originalidade* da pesquisa se configura ao abordarmos os transtornos e dificuldades de aprendizagem nas práticas dos professores de uma escola da rede municipal na cidade de Porto Velho-RO/Brasil, sendo algo inédito em pesquisas que envolve o Estado de Rondônia. Acerca dos *interesses* destacamos, a importância de debatermos e problematizarmos o trabalho do professor em sala de aula ao lidar com alunos com dificuldades e transtornos/distúrbios da aprendizagem, diante da fragilidade de conhecimentos/saberes para tais práticas. A *importância* desta pesquisa está centrada em gerar discussões que possibilitem professores, futuros professores e instituições formadoras perceberem a importância de se constituir conhecimentos/saberes necessários para subsidiar a prática dos professores para lidarem com os problemas e distúrbios/transtornos da aprendizagem em sala de aula. O estudo contou com a colaboração de *autores* como: Weiss e Cruz (apud GLAT, 2007); Bossa (2000); Ferreira (1999); Ross (1979, apud Miranda, 2000); Sisto; Martinelli (2006); Mello (2007); Fonseca (1995); Bitencourt (2006); Puentes, Aquino, Quillici Neto (2009) entre outros.

I. INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas, sempre houve a preocupação de saber como uma criança aprende e como ela elabora seu pensamento. Aprender a ler, a escrever e a contar, principalmente numa sociedade urbana e letrada, é uma das exigências e metas desejadas por pais e educadores que acompanham o desenvolvimento escolar de uma criança.

No entanto, é importante compreender que a aprendizagem ocorre a partir de uma articulação entre as condições internas e externas do aluno. E para que ela aconteça é necessário que tanto as condições internas quanto as externas sejam favoráveis à aprendizagem, caso contrário, durante o processo escolar, a criança poderá manifestar problemas escolares relativo a aprendizagem.

Nessa perspectiva, o professor tem um papel determinante para que esse processo de aprendizagem aconteça gradativamente e naturalmente e, a forma como irá lidar com as diferentes questões limitadoras da aprendizagem poderá fazer grande diferença na vida do aprendente.

Nesse artigo, temos como objetivo central problematizar e refletir acerca dos transtornos e dificuldades de aprendizagem verificando, como estes são tratados no âmbito escolar. Para tanto, partimos da seguinte problematização: *como os transtornos e dificuldades de aprendizagem são tratadas em sala de aula pelos professores de uma escola da rede municipal na cidade de Porto Velho-RO/ Brasil.*

Conforme Weiss e Cruz (apud GLAT, 2007, p.67), tanto a aprendizagem formal como informal em processo de construção não é determinada somente pelo potencial cognitivo do indivíduo, e sim, resultado da interação entre o aparelho biológico, estruturas psico-afetiva e psico-cognitiva, nas interações com o meio social no qual ele está inserido. Portanto, o fenômeno da aprendizagem não é tarefa fácil, tanto para quem aprende como para quem ensina. Trabalhar no entanto com crianças em situação de dificuldade ou com transtorno/distúrbio de aprendizagem é um grande desafio para os profissionais de educação, pois requer conhecimentos específicos para a docência e muita dedicação.

II. DISTÚRBIOS /TRANSTORNOS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGE

A aprendizagem é um processo complexo que acontece naturalmente a partir das diversas interações estabelecidas ao longo da vida do indivíduo. Segundo Bossa (2000) “a aprendizagem é um fruto da história de cada sujeito e das relações que ele consegue estabelecer com o conhecimento ao longo da vida”.

Contudo, existem alguns fatores que contribuem ou limitam a aprendizagem do ser humano, e podem estar ligados tanto a fatores de ordem intrínseca, quanto a fatores de ordem extrínsecas.

Ao falamos dos limitadores de ordem intrínseca nos referimos aqueles ligados ao indivíduo, e podem estar relacionados a distúrbios e transtornos de aprendizagem. Enquanto que os de ordem extrínsecas referem-se muitas vezes a forma como o professor ensina, metodologias inadequadas, falta de domínio do aluno, falta de conhecimentos prévios entre outros, ou seja, o indivíduo está em situação de dificuldade e superá-las, basta as intervenções necessárias.

Mas, é importante conhecermos melhor esses termos empregados no espaço educacional para compreendermos as especificidades de cada um, vejamos.

Distúrbios e Transtornos, são termos utilizados por profissionais da área de saúde para explicar alterações da “normalidade”. Embora sejam tratados muitas vezes como sinônimos, encontra-se na literatura aqueles que os diferenciam. Seu emprego indiscriminadamente no meio educacional para explicar questões que envolvem as dificuldades de aprendizagem deve ser evitado.

Ao buscarmos a definição destes termos no dicionário, Ferreira (1999) define os Transtornos como “Ato ou efeito de transtornar. 2. Contrariedade, decepção. 3. Desarranjo, desordem; 4. Ligeira perturbação de saúde 5. psiquia – termo usado em lugar de doença, afim de causar impacto psicológicos menor”. Já os Distúrbios, Ferreira (1999) os define como “1. Ato de perturbar, perturbação; 2. Variável indesejada que, aplicada a um sistema, tende a afetar o valor da variável controlada.”

Podemos perceber, nos conceitos expressos, certa similaridade para explicar a “anomalia” e se formos ainda analisar as discussões que cercam essas questões principalmente quando abordadas sob o enfoque educacional, em grande maioria, distúrbios e transtornos são tratados como algo equivalente, diferentemente de quando tratados no âmbito da saúde, mas, como o foco aqui não é discutir conceitos, tampouco essa não aprendizagem sob o viés clínico, nos limitaremos em trazer informações a título de esclarecer, de repente, os limites e possibilidades do trabalho do educador ao se deparar com essas questões no espaço escolar.

De acordo com Ross (1979, apud Miranda, 2000, pág.34),

A utilização do termo “distúrbio de aprendizagem”, chama a atenção para a existência de crianças que frequentam escolas e apresentam dificuldades de aprendizagem, embora aparentemente não possuam

defeitos físicos, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Esse rótulo ocasionou durante anos que tais crianças fossem ignoradas, mal diagnosticadas ou maltratadas e as dificuldades que demonstravam serem designadas de várias maneiras como “hiperatividade”, “síndrome hipercinética”, “síndrome da criança hiperativa”, “lesão cerebral mínima”, “disfunção cerebral mínima”, “dificuldade de aprendizagem” ou “disfunção na aprendizagem.”

Ou seja, quantas crianças, adolescentes ou jovens foram preteridos dos espaços que deveriam auxiliá-los na construção do conhecimento em função de um diagnóstico? Pois bem, essa realidade infelizmente não pertence ao passado e ainda persiste nos espaços escolares, tanto a emissão de diagnósticos daqueles que não possuem competência para fazê-lo (professores, supervisores, orientadores etc.), quanto a “exclusão” daqueles que, ao serem diagnosticados, a escolar se exime muitas vezes da responsabilidade, tendo como muleta o diagnóstico apresentado.

Collares e Moysés (1992), ao analisarem o conceito de **distúrbios de aprendizagem** do ponto de vista etimológico e a partir do conceito proposto pelo National Joint Committee for Learning Disabilities (Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem), Estados Unidos da América, concluíram que etimologicamente, a palavra *distúrbio* compõem-se do radical *turbare* e do prefixo *dis*. O radical *turbare* significa “alteração violenta na ordem natural” e pode ser identificado também nas palavras turvo, turbilhão, perturbar e conturbar. O prefixo *dis* tem como significado “alteração com sentido anormal, patológico” e possui valor negativo. O prefixo *dis* é muito utilizado na terminologia médica (por exemplo: distensão, distrofia). Em síntese, do ponto de vista etimológico, a palavra *distúrbio* pode ser traduzida como “anormalidade patológica por alteração violenta na ordem natural”. Ou seja, definição que deixa claro que refere-se a questões intrínsecas ao indivíduo.

De acordo com Fletcher e Col (2009) não há uma única definição globalmente aceita para os **transtornos de aprendizagem**. Entretanto, a Organização Mundial da Saúde (CID – 10, 1993, p. 237) trouxe a definição de transtorno de aprendizagem sendo

[...] grupos de transtornos manifestados por comprometimentos específicos e significativos no aprendizado de habilidades escolares. Estes comprometimentos no aprendizado não são resultados diretos de outros transtornos (tais como retardo mental, déficits neurológicos grosseiros, problemas visuais ou auditivos não corrigidos ou perturbações emocionais) embora eles possam ocorrer simultaneamente em tais condições.

Ocorre que, na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) lançada em 2013, foram apresentados novos conceitos aos Transtornos de Aprendizagem, e conforme o Novo Manual,

Transtorno de Aprendizagem Específico é uma desordem neurodesenvolvimental, de origem biológica, que é a base das dificuldades, em nível cognitivo, que estão associadas às expressões comportamentais do transtorno. A origem biológica inclui uma interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais os quais afetam a habilidade cerebral de perceber ou processar informação verbal ou não-verbal de forma eficiente e precisa. (2013, p. 68)

No novo DSM-V, o transtorno específico da aprendizagem é entendido como um transtorno do neurodesenvolvimento de origem biológica que é a base das anormalidades no nível cognitivo as quais são associadas com as manifestações comportamentais. Essa origem biológica posta no novo DSM-V, engloba a interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que, segundo ele, influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão. (DSM-V, 2013)

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e o CID-10, existem basicamente três tipos de transtornos específicos sendo estes o *Transtorno da Leitura*, conhecido como Dislexia, distúrbio específico da aprendizagem de origem neurobiológica e de acordo com Associação Internacional de Dislexia em 2003, é caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. O *Transtorno da Matemática*, conhecido como Discalculia, é um problema ocasionado pela má formação neurológica que se manifesta como uma dificuldade da criança em realizar operações matemáticas, classificar números e colocá-los em sequência. E o *Transtorno*

da *Expressão Escrita* que é um tipo de transtorno que engloba somente a ortografia ou caligrafia, e normalmente vem acompanhado por uma combinação de outras dificuldades como por exemplo a capacidade de compor textos escritos, erros de gramática e pontuação, má organização dos parágrafos, erros ortográficos entre outros.

Referente aos problemas de aprendizagem, geralmente, são percebidos no contato com o ensino formal, principalmente no âmbito escolar, quando exigidos dos alunos conhecimentos para o desenvolvimento de propostas apresentada pelo professor. Porém as crianças que [...] manifestam dificuldades para aprender acabam por se ver como mais incompetentes ou com baixo autoconceito, menos confiantes de suas capacidades e com baixas expectativas de reverter essa situação. (SISTO; MARTINELLI 2006, P. 50)

Mello (2007), no entanto, levanta uma questão muito presente no espaço escolar. Segundo a autora, crianças que não manifestam o desempenho esperado são consideradas como portadoras de dificuldades de aprendizagem, cujas denominações entre professores, coordenadores, supervisores e gestores no dia-a-dia escolar variam: hiperativo, disléxico, disgráfico, etc., cujas explicações e causas são atribuídas somente criança, às suas condições de vida, culminando em encaminhamentos médicos e terapêuticos.

Percebe-se, que muito embora a origem das dificuldades de aprendizagem não se relacione exclusivamente à estrutura individual da criança, ou seja, aos fatores intrínsecos, na escola, geralmente, atribui-se unicamente ao aluno a culpa pelas dificuldades, excluindo os aspectos pedagógicos relativos a metodologia aplicada em sala de aula, a formação do professor, planejamento, currículo escolar entre outros.

Sendo assim, cabe principalmente aos educadores a compreensão do modo como as pessoas aprendem e ainda, as condições favoráveis à aprendizagem, considerando que na aprendizagem escolar, existem inúmeras variáveis que precisam ser consideradas e funcionam sistematicamente pois envolve, o aluno com sua história, limitações e individualidades; o professor com o seu construto histórico e profissional; e os processos mediativos para a aprendizagem.

Desse modo segundo Fonseca (1995), a criança com dificuldade de aprendizagem não deve ser “classificada” como deficiente, por se tratar de uma criança normal, mas, que aprende de uma forma diferente, e embora apresente uma discrepância entre o potencial atual e o potencial esperado, não pertence a nenhuma categoria de deficiência, não tendo sequer uma limitação mental, pois possui um potencial cognitivo que não é aproveitamento no meio educacional.

Desse modo, diante da complexidade que envolve o processo de ensino e aprendizagem podemos afirmar que a dificuldade de aprendizagem é um processo natural e que faz parte do cotidiano escolar. É importante, no entanto, que a escola diferencie distúrbios/transtornos de dificuldades, pois, implica inclusive, em tomada de decisão e ações diferenciadas para lidar com as especificidades que cada um requer. Muito embora “distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem” sejam utilizados de forma indiscriminada para designar quadros diagnósticos diferentes, o que precisa inspirar cuidado pelos profissionais de educação.

III. SABERES E PRÁTICAS DOCENTES

O estudo do processo de aprendizagem humana e suas dificuldades vem sendo estudada de maneira sistemática pela Psicologia já algumas décadas, utilizando-se de vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os. Buscando assim compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais e pedagógicos que contribuem ou interferem na aprendizagem.

Bossa (2002, p.22) ressalta que

O campo das dificuldades escolares é marcado por concepções que sempre privilegiaram um aspecto do ser humano, desconsiderando a complexidade que a questão impõe (...). As principais explicações dos problemas de aprendizagem resultam da medicina e, conseqüentemente, atribuem aos fatores biológicos as causas da problemática.

Exigindo assim, dos profissionais da educação, certos conhecimentos para que consigam diferenciar, diagnosticar e agir, naqueles cujas atribuições, são especificamente de competência do professor, conjuntamente naqueles que exigem colaboração de outros profissionais.

Cabe destacar, que ao ingressar na escola, a aprendizagem escolar precisa tornar-se um processo natural para a criança, considerando, que é resultado de uma complexa inter-relação que envolve a interação professor-aluno e aluno-aluno, os aspectos mediativos, a atividade mental, a percepção, a prontidão, as emoções, a memória, a motricidade os conhecimentos prévios e muitos outros aspectos. No entanto, o professor precisa ter adquirido saberes e conhecimentos durante o construto profissional, caso contrário, não conseguirá lidar com os percalços que poderão acontecer durante esse processo.

De acordo com Bitencourt (2006), em sua prática docente, a luz das teorias estudadas, o professor utiliza diferentes saberes em função de seu trabalho, e são gerados pelas vivências que, significadas pelos professores, transformam-se em experiências.

Puentes, Aquino, Quillici Neto (2009, p.174), após estudos de vários autores definem o saber como “a ação de conhecer, compreender e saber-fazer associado à docência”. Entre os principais teóricos que discutem saberes para a Docência elegemos:

Principais Autores	Saberes à Docência
Tardif (1991)	1) Formação Profissional, 2) Disciplinares, 3) Curriculares, 4) Experienciais.
Saviani (1996)	1) Atitudinal, 2) Crítico-contextual, 3) Específicos, 4) Pedagógico, 5) Didático curricular.
Gauthier et al. (1998)	1) Disciplinar, 2) Curricular, 3) Ciências da educação, 4) Tradição pedagógica, 5) Experiencial, 6) Ação pedagógica.
Pimenta & Anastasiou (2002)	1) Experiência, 2) Conhecimento, 3) Pedagógicos, 4) Didáticos.
Cunha (2004)	1) Contexto da prática pedagógica, 2) Ambiência de aprendizagem, 3) Contexto sócio-histórico dos alunos, 4) Planejamento das atividades de ensino, 5) Condução da aula, 6) Avaliação da aprendizagem.

Fonte: Organizado pelas autoras

Considerando que os alunos, “(...) aprendem com mais eficácia quando os professores os incentivam a ativar suas estratégias de criação de significados e os outros componentes cognitivos e metacognitivos da aprendizagem”. (GAULTIER ET AL. 1998, p.18). Os professores, no entanto, precisam ter construído saberes próprios para o desenvolvimento de suas práticas. Conhecimentos, construídos ao longo da vida e sedimentados durante a formação inicial e experiências cotidianas. Pois não basta o professor saber diferenciar um distúrbio/transtorno de aprendizagem de uma situação de dificuldade, se não construiu ao longo de sua vida, conhecimentos e saberes que os façam agir com competência.

IV. METODOLOGIA

Este estudo é originário de uma abordagem qualitativa e a partir de um estudo de caso pretende-se problematizar e refletir acerca dos transtornos e dificuldades de aprendizagem e verificar, como estes são tratados no âmbito escolar.

As pesquisas qualitativas segundo Bogdan & Biklen (2010) possuem múltiplas características, algumas, descritas a seguir: a) possui o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador o principal instrumento. b) Usa múltiplos métodos interativos e humanistas com a participação ativa do investigador para produção de dados. c) É um tipo de abordagem interpretativa e descritiva. d) É um estudo que requer atenção do pesquisador tendo em vista o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida. e) Para análise dos dados adota geralmente um processo indutivo.

A opção pelo estudo de caso, deu-se a partir das características defendidas por Gil (1995), pois segundo ele, é um estudo que não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, embora siga as seguintes fases: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

Corroborando com Yin (2001), ao destacar que o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

No entanto, para verificarmos como professores lidam com os transtornos/distúrbios e dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar, utilizamos a entrevista semiestruturada por permitir que o entrevistado possa verbalizar o com detalhe o pensa, o que domina, o que acredita, como faz, o que faria, assim como explicar os motivos sobre os itens citados, assim como é possível aprofundar uma determinada resposta do entrevistado.

Fiorentini; Lorenzato (2009, p.120), corroboram com Ludke e André (1986) ao se referirem a entrevista como um técnica bastante utilizada no trabalho de campo em pesquisas de cunho social e acrescentam que se constitui numa conversa a dois com intenções bem explícitas [...] assim como, permite a aquisição sem desvios, mas com instantaneidade das informações e dados, é conveniente por aprofundar o estudo [...].

Para tanto neste estudo, a entrevista realizada, foi previamente agendada, respeitando, portanto, a disponibilidade dos professores participantes, cujo roteiro foi organizado em três blocos dispostos a seguir:

1º Bloco - Dados Pessoais – Contendo três perguntas (Nome; Gênero; Idade)

2º Bloco- Experiência Profissional – Contendo quatro perguntas (Formação acadêmica; Especialização; Tempo de atuação como professor(a); Outras experiências na área da educação)

3º Bloco- Sobre as práticas em sala de aula – Contendo três perguntas

1- Na sua opinião, qual ou quais as principais causas das dificuldades de aprendizagem?

2- Na sua opinião, o que seria uma dificuldade de aprendizagem e um transtorno/distúrbio da aprendizagem?

3- Como você lida e/ou lidaria em sala de aula, com alunos com dificuldade de aprendizagem, e com os alunos com transtorno/distúrbio da aprendizagem? Justifique.

Para o estudo, realizado no primeiro semestre de 2018, convidamos os dez (10) professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Porto Velho, no entanto, apenas seis (06) professores aderiram voluntariamente ao estudo proposto.

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada.

V. RESULTADOS: DISCUSSÕES E ANÁLISES

Na perspectiva de demonstrarmos como os transtornos e as dificuldades de aprendizagem são tratadas em sala de aula pelos professores da escola pesquisada, a seguir, apresentaremos a leitura dos dados produzidos no estudo.

Dos Participantes

No quadro a seguir, apresentaremos os seis (06) professores participantes no estudo:

Colaborador	Idade	Graduação	Pós-Graduação	Tempo na Docência	Ano de Atuação
PROFESSOR 1	35	Licenciatura em Pedagogia Psicologia	Educação especial	3 anos	1º
PROFESSOR 2	43	Licenciatura em Pedagogia	Psicopedagogia	10 anos	2º
PROFESSOR 3	49	Licenciatura em Pedagogia	Psicopedagogia	10 anos	3º
PROFESSOR 4	35	Licenciatura em Pedagogia	-	18 anos	3º
PROFESSOR 5	43	Licenciatura em Pedagogia	-	8 anos	3º
PROFESSOR 6	45	Licenciatura em Pedagogia	Gestão Educacional	25 anos	5º

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018)

Os participantes do estudo são todos do sexo feminino, possuem a faixa etária entre 35 a 49 anos. Todos são formados em Pedagogia, sendo que apenas dois (02) não possuem Pós-graduação e somente duas (02) estão a menos de 10 anos na área da educação.

Sobre os Transtornos/Distúrbios e as Dificuldades de Aprendizagem

Ao questionarmos, *qual ou quais as principais causas das dificuldades de aprendizagem*, constatamos o seguinte: Os Professores 1, 3 e 4 optaram por não responder esta pergunta. Contudo, o Professor 2 acredita que diversos fatores interferem, uns ligados a fatores internos (escola) e outros ligados a externos (família). Enquanto que os Professores 5 e 6 acreditam que as dificuldades se dão por falta de acompanhamento da família.

Percebemos, a partir das falas dos professores, que não há consenso sobre o que pode levar o aluno a ter dificuldades de aprendizagem, e na maioria das vezes, acabam excluindo a escola dessa responsabilidade, aspectos, que corroboram com questões já sinalizadas por Mello (2007): alunos que apresentam aproveitamento distinto do padrão almejado pela escola são rotuladas pelos profissionais da escola por meio de algum tipo de transtorno, de responsabilidade exclusiva do estudante e que via de regra é orientado por especialistas da área da saúde.

Quando questionados sobre *o que seria uma dificuldade de aprendizagem e um transtorno/distúrbio da aprendizagem*, obtivemos as seguintes respostas:

O **Professor 1** destaca que a “Dificuldade de aprendizagem- É um tipo de desordem pelo qual o aluno apresenta dificuldades em aprender efetivamente. Afeta o cérebro em receber e processar informação”. Enquanto que o Transtorno/ distúrbio – “É a capacidade da criança de receber problemas que afetam o processar, analisar ou armazenar informações”.

O **Professor 2** assinala que a “Dificuldade de aprendizagem está relacionada ao interesse do aluno e a motivação que o mesmo recebe no seu cotidiano”. E o Transtorno/ distúrbio, “penso que é uma questão que deve ser observada pelo professor e encaminhada para especialistas e com o devido diagnóstico, poderá ser trabalhado com o aluno para a superação do problema.”

O **Professor 3** enfatiza que a Dificuldade de aprendizagem é a “Dificuldade de assimilar os conteúdos.” E os Transtornos/ distúrbios, “Trata de diagnóstico em alguma deficiência intelectual”.

O **Professor 4** menciona, que a Dificuldade de aprendizagem “é quando o aluno não tem interesse em participar das atividades, não interage, e muitas vezes a parte emocional atrapalha no desenvolvimento das atividades” E os Transtornos/ distúrbios, “é quando o aluno apresenta algum tipo de comportamento neurológico, seja, ele na parte física ou emocional e com isso acabam apresentando mais dificuldades em acompanhar os conteúdos”

O **Professor 5** acredita que, a Dificuldade de aprendizagem “é quando não conseguimos processar as informações aplicadas em sala de aula.” Enquanto o Transtorno/ distúrbio “é quando o aluno já está diagnosticado através do início da dificuldade de aprendizagem pelo professor e encaminha para o Orientador conversar com a família para assim buscar uma solução para o aluno”.

O **Professor 6** entende que, a Dificuldade de aprendizagem “é a falta de interpretação”. E os Transtorno/distúrbio é “déficit de atenção”.

Sobre essa questão, assim como Bossa (2002), entendemos que as dificuldades escolares são marcadas por concepções que desconsideram a complexidade que a questão impõe. Ao analisarmos as entrevistas com os professores, percebemos, que as questões que envolve as dificuldades de aprendizagem foram atribuídas basicamente aos alunos. Revelando-nos que os professores não conseguem perceber que múltiplos fatores podem ocasionar essa não aprendizagem dos estudantes, inclusive, as próprias práticas dos professores.

Sobre os transtornos/distúrbios da aprendizagem, embora Fletcher e Col (2009) destaquem que não existe uma única definição globalmente aceita para esses termos, percebe-se ainda assim, uma certa confusão por parte dos professores ao relacionarem transtorno/distúrbios da aprendizagem com aspectos extrínsecos, ou seja, aqueles que estão relacionados a fatores externos e não internos aos estudantes. Como o DSM-V (2013) destaca que o transtorno da aprendizagem é um transtorno do neurodesenvolvimento de origem biológica que engloba a interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais, e influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão, precisa, portanto, de auxílio de especialistas da área de saúde para minimizar os problemas que envolvem o não aprender.

Sobre a pergunta, *como você lida e/ou lidaria em sala de aula com alunos com dificuldade de aprendizagem, e com os alunos com transtorno/distúrbio da aprendizagem*, obtivemos as seguintes respostas:

O **Professor 1** afirma que em ambos os casos “Usaria materiais didáticos, lúdicos e atividades diversificadas”.

O **Professor 2** destaca que com os alunos com dificuldades de aprendizagem trabalha “sempre com atividades que motivam e trazem vontade e o despertar dos alunos”. E os alunos com transtorno/ distúrbio, procura “sempre inserir o aluno no contexto da sala de aula no dia -a- dia”.

O **Professor 3** assinala que ainda não teve “a oportunidade de trabalhar, portanto prefiro não me manifestar”.

O **Professor 4** fala que com os alunos com dificuldade de aprendizagem, trabalha “com atividades que envolva sempre os alunos, respeitando suas dificuldades”, Já com os que possuem transtorno/ distúrbio, “É necessário identificar as dificuldades dos alunos com esses problemas, para poder ajuda-lo e encaminhar para o profissional adequado”.

O **Professor 5** menciona, que os alunos com dificuldades de aprendizagem “procurava buscar ajuda junto a Orientação educacional” enquanto que com os alunos com transtorno/ distúrbio, “Através do laudo, busco incluir este aluno de alguma forma com atividades diferenciadas, no caso, a inclusão dele”.

O **Professor 6** entende que com os alunos com dificuldades de aprendizagem é necessário “Ler e interpretar o que leem”. Enquanto que com os alunos com transtorno/ distúrbio, encaminha “para um especialista”.

Dada as respostas dos professores, percebe-se que os mesmos apresentam limitações para lidar com as questões que envolvem as dificuldades de aprendizagem, tampouco, com os distúrbios/transtornos da aprendizagem em sala de aula.

Ao relatarmos como lidam e/ou lidariam com alunos com dificuldade de aprendizagem, e com transtorno/distúrbio da aprendizagem, percebemos que essas práticas, quando citadas, não ajudariam a minimizar as questões que envolvem as dificuldades ou ainda os transtornos/distúrbios da aprendizagem. O que podemos inferir que isso se deve, na maioria das vezes, pela ausência de conhecimentos/saberes necessários à docência, considerando que, de acordo com Puentes, Aquino, Quillici Neto (2009), o saber é a ação de conhecer, compreender e saber-fazer. E ainda, conforme Bitencourt (2006), os professores, subsidiados

pelas teorias estudadas e práticas vivenciadas, deve utilizar de uma diversidade de saberes em função de seu trabalho, agindo assim, conforme a necessidade vigente.

V. CONCLUSÕES

Neste estudo que tínhamos como objetivo, refletir acerca dos transtornos/distúrbios e dificuldades de aprendizagem verificando, como estes são tratados no âmbito escolar. Contou com a participação de seis (06) professores atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Porto Velho, e após as análises, obtivemos as seguintes constatações:

Os transtornos/distúrbios e dificuldades de aprendizagem são temas ainda complexo para os professores participantes da pesquisa. Percebemos, que a maioria dos respondentes acreditam que a causa da dificuldade está relacionada a falta de acompanhamento da família, desconsiderando assim, os demais aspectos que envolve o aprender e o não aprender no espaço escolar.

Constatamos, ao questionarmos sobre o que seria uma dificuldade de aprendizagem e um transtorno/distúrbio da aprendizagem, que os professores mostraram-se confusos ao tentar demonstrar as diferenças existentes entre os mesmos, e atribuíram unicamente ao aluno, a responsabilidade tanto pela dificuldade quanto pelos transtornos/distúrbios da aprendizagem.

Detectamos, que os professores não possuem conhecimentos/saberes necessários para lidar com as dificuldades e com os transtorno/distúrbio da aprendizagem em sala de aula, considerando que as práticas citadas, ou ainda, a forma como lidariam tanto com as dificuldades quanto com os transtorno/distúrbio, pouco ajudariam para minimizar as questões que envolvem as dificuldades ou ainda os transtornos/distúrbios da aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em especial aos professores da escola participante no estudo, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e aos Professores Doutores da Universidade Federal do Mato-Grosso-UFMT que deram o suporte necessário para subsidiar o estudo em questão e a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia-FAPERÓ, que financia a pesquisa.

REFERENCIAS

American Psychiatric Association. Highlights of changes from DSM-IV-TR to DSM-5. Retrieved from <http://www.psychiatry.org/File%20Library/Practice/DSM/DSM-5/Changesfrom-DSM-IV-TR--to-DSM-5>; 2013.

BITENCOURT, L. P. A aprendizagem da docência do professor formador de educadores matemáticos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2006.

BOGDAN, R. E BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora. 2010.

BOSSA, Nádya Aparecida. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

- COLLARES, C, A, L e MOYSÉS, M, A, A. A História não contada dos Distúrbios de aprendizagem. Cadernos CEDES Nº 28 Campinas. 1992.
- CUNHA, Maria Isabel da Cunha. Docência na universidade, cultura e avaliação Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão institucional: saberes silenciados em questão. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n32/a05v11n32.pdf>>. Acesso em 03/07/2018.
- FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário século XXI. 3 ed. Rev e Amp. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1999.
- FIORENTINI, D; LORENZATO, S. Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2009.
- FLETCHER, J. M., LYONS, G. R., FUCHS, L. S., & BARNES, M. A. Transtornos de aprendizagem: Da identificação à prevenção. Porto Alegre, RS: Artmed. 2009.
- FONSECA, V. da. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GAUTHIER, Clermont et al. Por uma teoria da Pedagogia. Ijuí: Unijuí, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas. 2010.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas. 7. ed. São Paulo SP: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986.
- MELLO, Maria Aparecida. Aprendizagens sem dificuldades: a perspectiva histórico-cultural. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista Ano V n. 9 p. 203-218; 2007.
- MIRANDA, MI. Crianças com problemas de dificuldades na alfabetização: contribuições da teoria Piagetiana. Araraquara, São Paulo, MJ Editora, 2000.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In: FAZENDA, I. (Org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas-SP: Editora Papyrus, 1998. p. 161-178. PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.
- PUNTES, R. V., AQUINO, O. F., & QUILLICI, A, Neto. (2009). Profissionalização dos professores: conhecimentos, saberes e competências necessários à docência. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n34/10.pdf>>. Acesso em 05/12/2018.
- SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.
- SISTO, Firmino Fernandes; MARTINELLI, Selma de Cássia. Afetividade e dificuldades de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Vetor, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, 1991.

WEISS, Alba Maria Lemme. E CRUZ, Mara Monteiro da. Compreendendo os Alunos com Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem. IN GLAT, Rosana. *Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.